



Segurança no Acampamento Farroupilha terá vigilantes com curso de grandes eventos

O Acampamento Farroupilha deste ano terá uma mudança importante no seu serviço de segurança. Ele terá, pela primeira vez, a contratação de vigilantes com curso de grandes eventos para o trabalho de ronda no evento. Até o ano passado, eram contratados apenas os serviços de portaria e zeladoria.

A informação veio da diretora de Marketing do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), Wanessa Welter, que é a responsável pela organização do acampamento. Nesta segunda-feira (10), ela recebeu os diretores do Sindivigilantes Leandro Benini, Carlos Schio e Ana Carla Silva, do Conselho Fiscal, que foram ao MTG para saber, justamente, se seriam contratados vigilantes para a festividade gaudéria.

Wanessa disse que já adotou esse procedimento, recentemente, no Encontro de Artes e Tradição Gaúcha (Enart), em Santa Cruz do Sul, por exigência do Ministério Público. Para evitar problemas, decidiu seguir a mesma orientação na capital. Ela adiantou que dia 18 deverá acontecer a seleção da empresa de vigilância, por cotação de preços.

Trabalho conjunto com BM e PC

Temos uma preocupação muito grande com a segurança”, afirmou a diretora. “Vamos contratar

portaria para os portões e vigilância para fazer a ronda na parte interna”, acrescentou. O serviço é feito em conjunto com a Brigada Militar e a Polícia Civil, que mantém uma DP permanente no local.

Como ela faz a cotação em horas de serviço, não soube dizer ainda quantos vigilantes serão contratados. Talvez algo em torno de 20 a 30 vagas, a confirmar. Também comentou que este ano a organização enfrenta mais dificuldades, uma vez que não receberá dinheiro de patrocínio da Prefeitura de Porto Alegre e nem mesmo os serviços de rede de água e recolhimento de lixo. Mesmo assim, o MTG está disposto a investir mais em segurança, se for necessário.

“É muito importante sabermos que vocês têm essa preocupação em relação à nossa legislação, disse Benini. Os diretores do sindicato reforçaram a preocupação de que seja contratada uma empresa idônea, sem histórico de problemas trabalhistas, como atrasos de pagamentos. Neste sentido, o sindicato ofereceu à diretora a possibilidade de fornecer um atestado em relação às empresas que se inscreverem para a seleção quanto a eventuais pendências com os seus trabalhadores.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Golpistas aprovam o projeto de reforma trabalhista, sem alterações



O plenário do Senado aprovou o projeto de lei (PLC 38) de “reforma” da legislação trabalhista. Foram 50 votos a favor e 26 contrários, com uma abstenção. A votação foi concluída por volta das 19h50, depois de mais de seis horas de sessão suspensa, devido a uma ocupação organizada por um grupo de senadoras da oposição. Conforme queria o governo, o texto foi aprovado sem mudanças.

A oposição ainda tentava aprovar algum destaque, para que o projeto voltasse à Câmara. Sem mudanças, o PLC 38 vai à sanção de Michel Temer. O governo diz que fará alterações via medida provisória. “Esta reforma é para diminuir a rede de proteção social e precarizar as condições de trabalho”, disse Humberto Costa (PT-PE). “Este projeto não vai criar empregos, e sim subempregos”, afirmou Telmário Mota (PTB-RR).

“Uma parte de mim morre hoje”, disse Paulo Paim (PT-RS), que desde o início da discussão

tentou um acordo para incluir alterações no texto. “Vesti a minha melhor roupa (hoje), como se fosse o dia da minha morte.”

“Este é um dia muito triste para o Senado Federal”, reagiu Renan Calheiros (PMDB-AL). “O Senado se submete, por várias razões, a fazer o desmonte do Estado social. Da noite para o dia”, acrescentou o ex-líder do partido, para quem o projeto prejudica sobretudo os mais pobres. Do ponto de vista da representação política, este talvez seja o “pior momento” do Senado, disse Renan. “O que os senhores estão fazendo com o Brasil?”, afirmou o líder do PT no Senado, Lindbergh Farias (RJ). “O trabalho intermitente é uma nova forma de escravidão.”

“O que aconteceu aqui envergonha a nação”, afirmou Gleisi Hoffmann (PR), presidenta nacional do PT, pouco depois de a sessão ser retomada. “A classe dominante deste país não tem projeto para o Brasil. Quando há crise na economia, vocês

disputam verba do orçamento. Os senhores deviam se envergonhar do que estão fazendo. A cabeça dos senhores é escravocrata”, acrescentou, dirigindo-se aos governistas.

“Nós tínhamos acabado com a fome neste país, os senhores fizeram voltar. Os senhores rasgaram a Constituição, tiraram a Dilma, fizeram uma emenda constitucional para retirar dinheiro das políticas sociais e agora estão tirando direitos”, disse ainda a senadora, uma das parlamentares que permaneceram na mesa diretora desde a manhã desta terça-feira (11). “O que ganha uma pessoa com o Bolsa Família vocês gastam em um almoço.”

“Esta reforma trabalhista não tem uma vírgula a favor do trabalhador”, afirmou João Capiberipe (PSB-AP). “É uma reforma unilateral e é burra, porque é recessiva. A renda do trabalhador vai despencar. E nós aqui estamos surdos, não enxergamos o óbvio”, afirmando que a queda da renda levará à diminuição do consumo e da arrecadação da própria Previdência. “Este Congresso brincou com a democracia. Não se sai da crise agradando só a um lado.”

Durante o dia, a oposição reafirmou a posição “insustentável” do presidente da República, denunciado pelo Ministério Público Federal. “O Michel Temer a um passo da guilhotina e o Senado insiste em manter a votação da reforma trabalhista”, escreveu Paulo Paim (PT-RS) em rede social.

Apoio

O tema ocupou os debates na internet. “Quero manifestar o meu apoio às senadoras de oposição que ocuparam a mesa do Senado hoje para impedir a votação da reforma trabalhista”, declarou, por exemplo, o vereador paulistano e ex-senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador Magno Alves (PR-ES) chamou de “pantomima” a manifestação das senadoras, enquanto José Medeiros (PSD-MT)

entrou com representação no Conselho de Ética da Casa contra as parlamentares.

A oposição também questionou o fato de o Senado não fazer nenhuma mudança no texto vindo da Câmara. “É claro que não é bom (o episódio de hoje), mas, por outro lado, como é que pode se fazer uma reforma trabalhista sem que o Senado possa alterar um inciso, um artigo de uma lei tão importante?”, disse Jorge Viana (PT-AC).

“Os próprios parlamentares do governo reconhecem que há distorções. Nós, aqui, vamos abrir mão do nosso papel de Casa revisora do Legislativo? Em, nome de quê?”, questionou Randolfe Rodrigues (Rede-AP), para quem o único motivo é dar “alguma sobrevida” ao governo Temer. O ex-presidente Fernando Collor (PTC-AL) disse que o projeto apenas causará mais intranquilidade social. Eduardo Braga (PMDB-AM) também criticou o fato de o Senado não fazer alterações ao texto, mesmo considerando a necessidade de uma reforma na legislação.

Uma possível medida provisória para “corrigir” itens do projeto, conforme acena a base governista, também é posta em dúvida pela oposição. “Quem confia em Michel Temer?”, disse Jorge Viana. Segundo ele, se o problema é de tempo, seria mais rápido aprovar alterações no projeto, que voltaria para a Câmara e seria sancionado pelo presidente. Uma MP, segundo ele, ficará meses tramitando.

“Esse projeto não retira direitos do trabalhador”, reafirmou o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-AL). Segundo ele, alguns “ajustes” serão feitos, como nos itens sobre trabalho intermitente, trabalho em gestantes e lactantes em locais insalubres e representação nos locais de trabalho.

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF